



A BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

PERMANÊNCIA E METAMORFOSES

José Augusto Cardoso Bernardes

Ana Maria Eva Miguéis

Carla Alexandra Silva Ferreira

COORDENAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2015

Tendo como pano de fundo as Comemorações dos seus 500 anos, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra organizou um Congresso Internacional subordinado ao tema “A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses”, que teve lugar nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2014, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

O objetivo maior desta reunião científica foi o de refletir sobre o presente e o futuro das bibliotecas que servem públicos universitários. Numa outra vertente, procurou chamar-se a atenção para a importância de que a Biblioteca se reveste, tendo em vista o progresso do conhecimento técnico e científico. Por último, o Congresso pretendeu instituir-se como oportunidade de reflexão prospetiva e como lugar de encontro entre as sensibilidades de todos os que trabalham profissionalmente com livros e com outros suportes de natureza bibliográfica.

Nesse sentido, foram apresentadas Conferências, Mesas Redondas e sessões de Testemunhos em torno de temas como o valor das bibliotecas universitárias, a biblioteca universitária em contexto; as mudanças e os desafios; a biblioteca universitária e a sociedade da informação e conhecimento; o impacto do acesso aberto na comunidade científica, e as bibliotecas digitais.

A. E. MAIA DO AMARAL

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

ABERTA E PATENTE A TODOS!

OPEN AND ACCESSIBLE TO ALL!

RESUMO: Quando António Ribeiro dos Santos, no preâmbulo à sua *Minuta* (1777/78), escreve “aberta e patente a todos”, enuncia sucintamente todo um Programa para a Livraria da Universidade de Coimbra. Que ela pudesse estar aberta, fisicamente, à frequência dos utilizadores, e que os seus fundos ficassem patentes a todos, por meio de catálogos.

Antes dele, nenhuma destas condições de acessibilidade estava garantida: uma breve evocação da história da Livraria/Biblioteca, evidencia como ela esteve muitas vezes fechada, deixando, assim, de cumprir a sua função.

Também se analisará, numa perspetiva diacrónica, o esforço posto na elaboração dos catálogos que garantem o acesso intelectual aos fundos documentais e se assinala como também essa preocupação de António Ribeiro dos Santos se tornaria fulcral para a instituição.

A questão do acesso configura uma biblioteca universitária que formalmente nunca deixou de ser “pública”, pelo menos desde os Estatutos de 1559.

Além do acesso, o Preâmbulo da *Minuta* não esquece outras condições não menos importantes para o funcionamento da Biblioteca, como os fundos e o pessoal.

ABSTRACT: In writing “open and accessible to all” in the preamble to his *Minuta* (1777/78), António Ribeiro dos Santos summed up the entire programme for the University of Coimbra library: it should be physically open to visitors and its stock should be accessible to all by means of catalogues.

Prior to this, neither of these conditions was guaranteed: a brief recall of the history of the library reveals that it was very often closed, thus failing to serve its purpose.

From a diachronic perspective, this paper also analyses the effort put into the preparation of catalogues to ensure scholarly access to the stock of documents, demonstrating how this concern of António Ribeiro dos Santos would also become central to the institution.

This question of access has shaped a university library that has never officially ceased to be “public”, at least since the 1559 Statutes.

In addition to access, the preamble to the *Minuta* covers other aspects which are no less important to the functioning of the library, such as stock and staffing.

Até pelo facto de abrir a primeira manhã dos trabalhos, esta apresentação tem quase um carácter institucional e de introdução ao tema que nos vai preocupar durante estes dias do Congresso: a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o seu passado e o seu presente.

As Comemorações em que estamos empenhados deram oportunidade a que nos últimos 2 anos compilássemos coletivamente elementos para uma história da Biblioteca Geral: coordenei bibliotecários, jovens arquitetos e historiadores de arte para juntar tudo o que andava disperso sobre a história da instituição. Sem a pretensão de desvendar qualquer “verdade” nova ou o resultado de novas investigações, porque não fizemos propriamente investigação. Essa poderá fazer-se agora com uma equipa maior e com prazos mais alargados. Ainda assim, a história que compilámos e escrevemos em coletivo parece-nos extraordinária. Digna da tradição cultural de Coimbra, *Cidade do Conhecimento*, como dizem as placas da A1, a única cidade onde, no tempo dos romanos, foi moda decorar com instrumentos de escrita (os volumes abertos, os cálamos, as caixas, todos os “instrumenta scriptoria”, como diriam os latinos) os monumentos funerários. Gosto e orgulho genuínos pela cultura escrita ou “erudição” no seu pior sentido, mera ostentação de cultura? Nunca o saberemos. Seja como for, o fenómeno parece único no país, até que novos documentos epigráficos se exumem, ele restringe-se à epigrafia latina de Coimbra. A mesma cidade onde, na época medieval, se cruzaram as culturas cristã, moçárabe e judaica, a cidade que foi capital do Reino, sede da Corte e sede do mais culto *Scriptorium* português, de onde saíram bom número dos chanceleres dos nossos primeiros reis. E a cidade onde D. Dinis ergueu, em 1308, o primeiro edifício construído de raiz na Península Ibérica para sede de uma Universidade. E onde, mais tarde, D. Pedro, Duque de Coimbra, tentará fazer também estudos superiores.

Não sabemos se nesse edifício terá logo sido criada uma biblioteca, ou “livraria”, como então se chamava. Mas as universidades vivem mal sem livros e sem bibliotecas. Por isso, é possível. Havia de ser interessante demonstrar um dia que a primeira biblioteca da Universidade portuguesa existiu ali, e que, depois de viajar entre Coimbra e Lisboa diversas vezes,

possa ter voltado ao seu local original, ali mesmo, no sítio hoje ocupado pela Biblioteca Geral e pelo Arquivo da Universidade.

Ignoramos quando se fundou a Livraria. A primeira notícia que se conhece (hoje) é uma Ata de 1513 sobre a necessidade de fazer um cano, para tirar a água da Livraria. Noutra Ata, 5 dias depois, referem-se setenta e tal livros que tinham vindo da “livraria nas Escolas velhas”, no edifício henriquino, o que (sabendo que a transferência de sedes se deu em 1503) deixa imaginar que a biblioteca existisse antes dessa data, pelo menos.

De 1536 subsiste um Inventário muito curioso, que descreve os livros colocados em 12 “estantes” de cada lado de um corredor central. Sempre gostei particularmente deste “Aventayro da Livraria do Estudo” pelo seu caráter muito gráfico: descreve “na primeira estante da Livraria, da mão esquerda, achamos...” tais e tais livros, e da direita tais e tais, o que dá não só uma clara ideia dos conteúdos, mas também da organização física da Livraria. É o que mais pode interessar a um bibliotecário. Nesta biblioteca de 1536 vê-se que predominava o Direito Canónico.

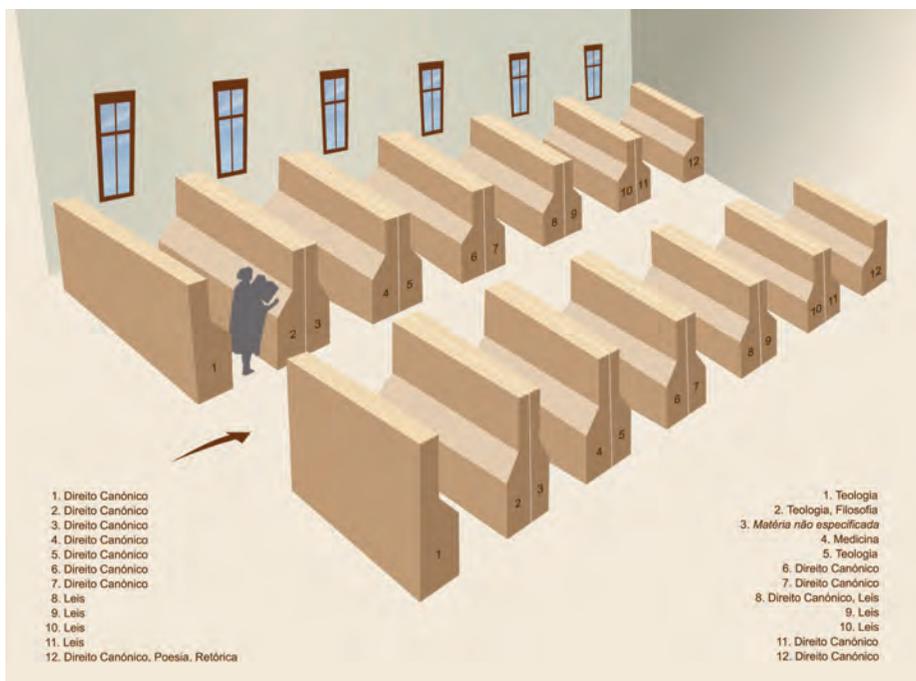


FIGURA 1: A biblioteca, segundo o inventário de 1536. (Desenho de José Luís Madeira)

Tão claro é este *Inventário*, que nos foi possível fazer para o livro a imagem de uma sala com corredor ao centro e 6 janelas. Imagem que aproveito para agradecer à arte do Dr. José Luís Madeira e à superior autorização da Faculdade de Letras da UC. E reconstituição que nos permitiu ainda propor uma localização possível da biblioteca no edifício universitário lisboeta.

Transferida a Universidade para Coimbra, em 1537, a Livraria só seria instalada alguns anos mais tarde, no Paço das Escolas, em local contíguo à sala grande ou dos Atos, onde tinha sido o “guarda-roupa da Rainha”, segundo o professor António Filipe Pimentel no seu monumental e fundamentado estudo “A morada da Sabedoria”.

Em Coimbra, Fernão Lopes da Castanheda foi o primeiro “guarda da Livraria”, cargo que jurou cumprir “de acordo com os Estatutos”. Não temos o texto dos Estatutos de 1544, onde se definiriam o cargo, seus privilégios e obrigações, mas devem ser os que Castanheda diz ter cumprido no requerimento que faz a pedir aumento de ordenado:

“... abrir a porta dela, cada dia duas vezes, e de cada uma delas há de estar aberta duas horas (...) é necessário estar ele presente de cada vez ou ter um homem que olhe por isso, e assim há de ter os livros limpos, para que não envelheçam, e desempoados, para que se não comam do bicho”¹

Outro responsável veio a ser Pedro de Mariz, nomeado para “corretor das impressões da dita Universidade e guarda da sua livraria”, em 9 de março de 1601. Fez avultadas compras no estrangeiro e encomendou, em 6 de setembro de 1603, os primeiros *superlibros* que marcaram as encadernações dos livros com as armas da Universidade. Creio que será a mais antiga marca de posse produzida por uma biblioteca portuguesa.

Notem-se os elementos que enquadram a sapiência universitária, a coruja, os livros, a joeira que separa o trigo do joio. Para maior clareza gráfica, a longa legenda estatutária simplificou-se...

¹ BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac regesta). Vol. III. 1939, p. 139-141.

O matemático André de Avelar, na prática “guarda da Livraria”, embora nunca nomeado, fez desencadear os livros, antes de 1618, mas, apesar de benfeitorias e de várias compras, a biblioteca entrou num marasmo durante todo o século 17. No final do século, faz-se para ela uma bela porta com uma cimalha em baixo-relevo, decorada com livros, mas as obras nos “gerais” causaram danos estruturais no velho edifício e a biblioteca teve de recolher-se ao “cartório” (arquivo), em 1705.

Durante o século 18, com a construção de um novo edifício (a Joaquina), esta passou a reunir todas as condições para servir bem a Universidade, mas demorava a reabrir. Cremos que por se impor no novo espaço uma organização completamente diferente e porque se arrastava a catalogação dos livros de Francisco Barreto Fróis, cuja compra serviu de pretexto a pedir-se ao Rei o novo edifício. Logo que a construção terminou, em 1728, alguém (que não conhecemos... ainda) começou a organizar a biblioteca. Só assim se explica que 3 anos depois do fim das obras de pintura acharoadada e de douramento das estantes (que não tinham previsto espaço para inserir uma numeração) se contrate a execução de números de bronze “muito bem dourados”, que se aplicaram em cima das pinturas, mutilando-as de alguma forma. Se a biblioteca acaso tivesse sido concebida como mera obra de aparato, escaparate magnífico para livros que não tinham de usar-se, certamente ter-se-iam poupado as decorações (penosamente realizadas ao longo de 40 meses) à custa da funcionalidade da colocação dos livros. Todavia, assim não foi, como se pode ver ainda hoje.



FIGURA 2: A numeração das estantes sobrepôs-se às pinturas, em 1731.
(Foto de Paulo Mendes)

Logo em 1772, o Marquês, julgando insuficientes as suas dimensões e capacidade (cerca de 30 mil volumes), quis duplicar-lhe o espaço, o que só não se fez pelas muitas outras obras que a Reforma Pombalina estava exigindo. Pombal também criou para ela o primeiro quadro de pessoal (de 5 pessoas) mudando, pelo menos na lei, a velha designação “Livraria” para “Biblioteca Académica” ou “Biblioteca da Universidade”. A legislação pombalina passa a referir-se à “Biblioteca” (não à Livraria) e o seu responsável passa a ser um “Bibliotecário”...

Mas o Marquês não conseguiu que a Universidade nomeasse Bibliotecário e a abrisse. Só em 1777, já no reinado de D. Maria, tomará posse o primeiro destes “Bibliotecários”, o Doutor António Ribeiro dos Santos (ou *Elpino Duriense*), autor da *Minuta sobre a Livraria da Universidade* (ca.1777/78) e cujo importante trabalho de organização da “Casa” lhe valeu um convite para ir para a Corte, organizar o que viria a ser a Biblioteca Nacional.

No século 18, a Biblioteca adota novas marcas bibliográficas, carimbos e *superlibros*, indo buscar dois elementos secundários que acompanhavam a Sabedoria dos Estatutos: a coruja e o livro. Muda a imagem e muda a estratégia: com Ribeiro dos Santos, as compras fazem-se de acordo com os pedidos dos professores e com as ideias iluministas do Bibliotecário, terminam-se os catálogos de matérias, integram-se materiais não-livro e dedica-se especial atenção à qualidade do serviço prestado. Entre 1742 a 1798, organizam-se catálogos por assuntos, com rubricas gerais e específicas e entradas remissivas. Trata-se, certamente, do primeiro catálogo de matérias no nosso país e um dos primeiros na Europa!

Os Bibliotecários que sucederam a António Ribeiro dos Santos foram também eruditos de muita qualidade: Ricardo Raimundo Nogueira, Joaquim dos Reis, António Honorato de Caria e Moura e Manuel de Serpa Machado.

Mas com todos eles, os catálogos em forma de livro estavam condenados a permanente desatualização. O sistema pouco eficiente dos catálogos em livro só foi alterado com os chamados “catálogos portáteis” em folhas móveis ou “Macetes”, propostos por Bernardo da Serpa Pimentel, cerca de 1872. O Bibliotecário Bernardo de Serpa Pimentel também se

tornou um entusiasta dos catálogos impressos e para isso comprou um prelo metálico, que ainda se conserva na Biblioteca, e com o qual fez alguns ensaios de impressão. O prelo do Galinha não chegou, porém, a produzir os catálogos da Biblioteca, acabou a imprimir etiquetas para as plantas do Jardim Botânico.

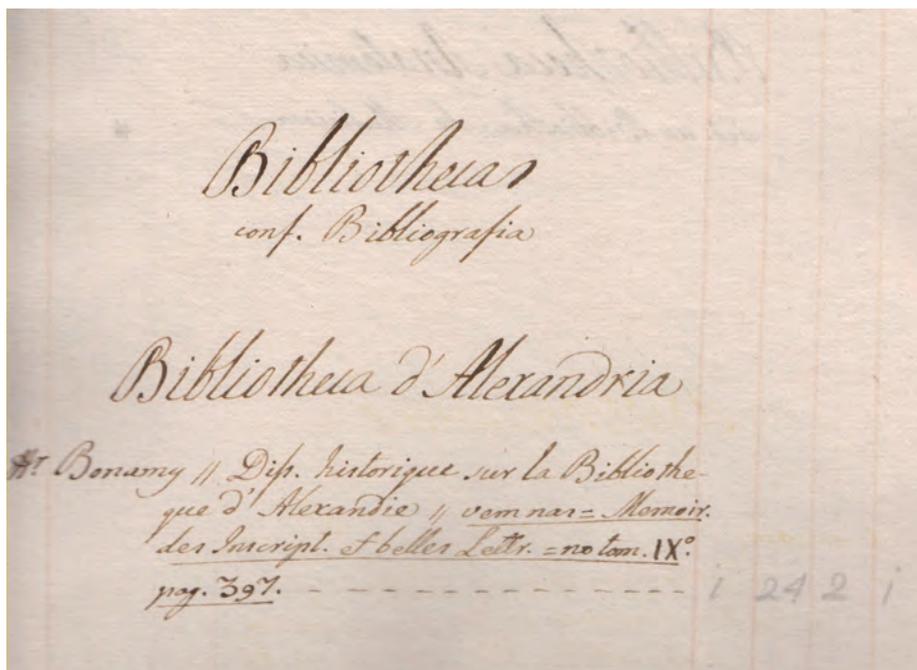


FIGURA 3: Cópia do catálogo de filosofia, até 1795. (BGUC MS. 3415)

Com Bernardo de Serpa Pimentel, ganham relevância dois “Bibliotecários Interinos” de qualidade e que terão muita importância na orientação técnica da Casa: Augusto Filipe Simões e Augusto Mendes Simões de Castro.

A Biblioteca continuava a solicitar ao Rei a ampliação de instalações, com projetos não-realizados em 1872, 1880 e de 1910, mas só conseguiria novas salas e depósitos em 1912-1916. Concretizou-se, por essa altura, um anexo de dois pisos, projetado pelo arquiteto Silva Pinto, e que foi demolido em 1971.



FIGURA 4: Pormenor de foto da demolida Sala de Leitura, anexa à Joanina.
(Foto de José Maria dos Santos, 1917)

A nova Sala de Leitura de 1916 veio acompanhada de uma sala do Catálogo, de uma Sala dos *Cimélios* e de um Gabinete para o bibliotecário. Mas o espaço continuava exíguo e não permitia certas atividades (como exposições bibliográficas) em condições de suficiente dignidade. Para a Biblioteca cumprir a sua função, tornava-se essencial um edifício novo e muito maior.

As dificuldades não eram só na parte nobre da Biblioteca, agudizavam-se nos depósitos subjacentes ao edifício, onde ainda permaneciam, em 1940, volumes por catalogar provenientes dos depósitos das casas religiosas extintas em 1836.

O projeto do novo edifício, concebido por Alberto José Pessoa (1944), não foi tão visionário como o *Programa* que para ela estabeleceu Damião Peres, mas todo o seu desenvolvimento foi sendo discutido em permanência e acompanhado pelo então Diretor Manuel Lopes de Almeida, o que lhe permitiu ir amadurecendo e fazer uma adaptação bastante conseguida do que antes tinha sido Faculdade de Letras e antes disso os alicerces de um teatro académico inacabado.

A compartimentação do espaço continuou semelhante, mas a utilização que a Faculdade de Letras dele podia fazer nunca foi tão eficiente como veio a ser com a BGUC.

O novo edifício ficou equipado com aquecimento radiante no pavimento das zonas públicas, com um sistema pneumático de transporte

das requisições, com câmara de expurgo e com modernas oficinas de encadernação e de fotografia. E o quadro de pessoal foi aumentado para 53 funcionários, em 1961.



FIGURA 5: Fachada da Biblioteca Geral em construção, 1950.
(Foto col. Alexandre Ramires)

As novas instalações terminam-se em 1956 e abrem ao público em 1962, permitindo uma revolução nos processos técnicos, desde o tratamento documental à reprodução *offset* das fichas, que adotaram o formato internacional de 7,5x12,5 cm. Mais importante, contudo, iniciou-se o uso da CDU e fizeram-se internamente as primeiras traduções das ISBDs feitas no nosso país. Alterações importantes foram introduzidas no funcionamento, com a criação de Secções distintas para o tratamento de monografias e de periódicos, dos Reservados, das Músicas e das coleções especiais.

Na BGUC se criou a primeira revista profissional dos bibliotecários portugueses. E a BGUC bateu-se para informatizar as bibliotecas universitárias, antes de 1974. Foi a primeira biblioteca a imprimir uma lista bibliográfica por computador, em 1979. Por tudo isto foi grande res-

ponsável o “primeiro-bibliotecário” Jorge Adalberto Peixoto, entusiasta da profissão, da revista “Cadernos” e dos computadores. Não prossigo porque os anos mais recentes, nas suas grandezas e misérias, são já de todos mais ou menos conhecidos. E cada um tem direito à sua opinião.

Sem poder aqui dar uma panorâmica mais extensa do livro que tive a honra de coordenar, parece-me interessante elencar o que ainda ficou por esclarecer na história da Biblioteca. É um imperativo de consciência, para que, no futuro, uma equipa mais alargada e interdisciplinar possa esclarecer esses pontos obscuros. Desde logo, o enigma das origens. E a lista completa dos “guardas da Livraria”, “bibliotecários” e diretores². Para tal, não pode deixar de se vasculhar sistematicamente a documentação universitária, entre 1650 e 1772. Depois, parece-me vital perceber o crescimento dos fundos e identificar todas as doações e compras³. O que entronca na questão “eterna”: quantos volumes existem na Biblioteca Geral ? Para isso, haverá que estudar o Rol de André de Avelar, conservado na BNP, e, já agora, o seu processo na Inquirição, conservado na Torre do Tombo. Talvez se consiga esclarecer se a Biblioteca teve crescimento significativo durante o século 17. Precisa também de examinar-se a política de aquisições durante o século 18, antes e depois de António Ribeiro dos Santos, e a real expressão (e seus eventuais efeitos práticos) das ofertas atribuídas a D. João V e a D. José I⁴.

Outra questão a merecer investigação, é quem terá sido o autor dos planos da Joanina e onde se inspirou? Ainda ninguém avançou explicação razoável para a falta de relação (sequer de comunicação) entre os pisos inferiores e o salão nobre, apenas este projetado para acondicionar os livros e para dar acesso aos leitores. E faltará ainda investigar pelas cotas

² Uma das razões por que não avançámos com a execução de uma placa “memorial” evocando os antigos Guardas da Livraria, Bibliotecários e Diretores, são as dúvidas que persistem sobre alguns nomes e não poucas datas de funções.

³ São dezenas os doadores identificados ao longo daquele trabalho, mas da maior parte desta doações pouco ficou escrito. Parece-nos importante juntar mais elementos sobre o crescimento dos fundos, nomeadamente sobre o século 17 (eventual decréscimo?) e o último terço do 18.

⁴ Não descobrimos evidência da entrada da biblioteca do Padre La Rue, alegadamente comprada em Paris (1725), nem dos livros da famosa biblioteca “Ulsiana”, comprada na Haia (1730).

antigas se há indícios de uma arrumação classificada da Joanina, que alguns dizem ter existido. E quem terá começado a colocar os livros, em 1731, e percebeu a absoluta necessidade de numerar as estantes?



FIGURA 6: Alegoria da Biblioteca arrumando livros na estante, pintura do teto da Biblioteca Joanina. (Foto de Paulo Mendes)

Finalmente, deve apurar-se bem quanto tempo (e quando e porquê) esteve a Livraria/Biblioteca fechada. Apesar de não termos ainda todos os dados, sabemos que até à tomada de posse de António Ribeiro dos Santos (1745-1818), pode ter estado fechada, pelo menos, 9 vezes. E depois dele, mais 6 vezes...

Anos	Razões presumíveis	Duração
1513	Necessidade de obras e de encadear livros doados	?
1537-1548	Transferência de Lisboa para Coimbra	11 anos
antes de 1593-após 1598	Responsável não-nomeado	5 anos
maio 1599-fev. 1602	Peste em Coimbra	33 meses
após 1604-1619?	Necessidade de obras	15 anos ?
antes de 1639-após 1651?	Decisão política	13 anos ?

Anos	Razões presumíveis	Duração
1699-1702	Realização de obras de beneficiação	3 anos
1705-1728	Ruína da biblioteca antiga e construção da nova	?
1728-1778	Recatologação	?
cerca 1800	Tumultos?	brevemente?
1832-1834	Guerra Civil	?
1846-1847	Patuleia	?
1916	Realização de obras	?
1998	Desinfestação	2 meses
ago. 2013	Minimização de custos de manutenção	15 dias

É neste contexto de sucessivos e longos encerramentos que António Ribeiro dos Santos escreve, cerca de 1777-1778, no Preâmbulo da sua *Minuta*. a frase “aberta e patente a todos”:

“A Livraria da Universidade para ser útil ao Publico, e facilitar por seus grandes subsídios os progressos das Artes e das Ciências, deve estar abastadamente provida de Livros e mais comodidades literárias, aberta e patente a todos, e servida por Officiais que residam nela”⁵

Que abrisse a Biblioteca, já lhe pedia a Rainha D. Maria I na Carta da sua nomeação. E ele abrindo-a, tornou-a “pública” como se reivindicava desde o século 16 mas que, aparentemente, não cumpria.

Aparentemente, digo, porque em vários desses períodos de alegado encerramento me deparei com evidências que contrariam a ideia vulgarizada de uma biblioteca fechada e inacessível. Por exemplo, espantou-me pela sua erudição livresca a resposta que os párocos de Coimbra hão-de dar no *Inquérito Paroquial* de 1756 à pergunta “Se há memória de que em algum tempo houvesse Terramoto e que dano fez em cada lugar?”:

⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* [Manuscrito]. Autógrafo, [1777-1778?]. Cota BNP – Ribeiro dos Santos. Obra. vol. 94, Cód. 4676, fol. 190.

“... Se das aberturas que fez na Terra este terramoto se não viam sair correntes de fogo e pedras inflamadas, como em um que houve nas Ilhas Canárias em 1676 (Extrait. du *Journ. d'Angl.* Journ. des Sav. 1686 p. 229) porém só fumo e águas turvas, da mesma sorte que em 1703; também a quatro léguas de distância de Pequim, capital da China (*Lettres edif. & cur. écrit. par quelques Mission. de la Comp.* p. 20 *Recueil Epitre*) não deixou de haver bastantes indícios de fogo (...) Eu me recordo de haver topado em Autores de grande Fé, só desde o ano de 1356 até ao presente 10 terramotos (...) Alguns ficam tocados no corpo deste papel, que fora quase imenso se representasse todos os que as Histórias nos referem. Só em 3 ou 4 laudas do tomo 8 do Lourenço Bayerlinck no seu *Magnum Theatrum Vitae Humanae* nas palavras Terremotus [sic] e Urbs se encontrarão tantos que apenas podem numerar-se...”

Onde mais podiam os párocos da cidade ter consultado a bibliografia citada se não na Biblioteca da Universidade, que ainda hoje a possui quase toda? O que confirma as palavras de Bernardo de Serpa Pimentel que, depois de 1743, se terá começado a franquear a Biblioteca “a uma ou outra pessoa de consideração, ou que mais urgentemente carecia de consultar os seus livros”⁶.

Mas o Programa do “bibliósofo” português não se ficou pelo propósito de abrir a Biblioteca, antes cobria numa só frase outros aspetos igualmente importantes:

os fundos;
... abundantemente provida de livros
os horários;
aberta
o acesso;
e patente a todos
e o pessoal.

⁶ PIMENTEL, Bernardo de Serpa – “Breve notícia da livraria da Universidade de Coimbra. In: Vila Maior, visconde”. In *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica d'este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877, p. 476.

e servida por Oficiais...

Onde se deve notar não só a preocupação com a dotação em pessoal como com o sentimento de “pertença” desse mesmo pessoal.

... Oficiais que residam nela.

Ambas estas preocupações parecem quase provocações às “modas” da gestão, favoráveis à precariedade e à externalização de serviços. Até repetir esse “aberta e patente a todos” parece hoje mais provocador do que no tempo de António Ribeiro dos Santos. Hoje, aflige-nos que a biblioteca tenha sido mandada encerrar em agosto do ano passado por razões de economia e que deva encerrar de novo este ano, para poupar nos custos fixos de manutenção do edifício. Tal como o “aberta e patente” de Ribeiro dos Santos, o encerramento de agosto passado também será um Programa, um conceito de não-serviço, uma visão de que a BGUC será hoje um colosso caro de manter e mais ou menos inútil.

Cabe-nos a todos nós demonstrar o contrário.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac regesta). Vol. III. 1939.

PIMENTEL, Bernardo de Serpa – “Breve notícia da livraria da Universidade de Coimbra. In: Vila Maior, visconde”. In *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica d’este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877, p. 470-508.

SANTOS, António Ribeiro dos – *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* [Manuscrito]. Autógrafo, [1777-1778?]. Cota BNP – Ribeiro dos Santos. Obra. vol. 94, Cód. 4676, fol. 189-204vº.

José Augusto Cardoso Bernardes é Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da Biblioteca Geral da Universidade

Ana Maria Eva Miguéis é coordenadora do Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra

Carla Ferreira é bibliotecária nos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Série Documentos
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2015

